

Resenha do livro: MARIZ, Anna Carla Almeida. A informação na Internet: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 168 p.

Arquivologia e Internet: novas possibilidades para os arquivos públicos brasileiros

Marcelo Nogueira de Siqueira

Bacharel em Arquivologia (UNIRIO), mestre em História Social (UERJ), arquivista e atual coordenador de documentos audiovisuais e cartográficos do Arquivo Nacional. Presidente da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e membro da Comissão Técnica de Avaliação de Arquivos Privados de Interesse Público e Social do CONARQ.

mnsiq@yahoo.com.br

Um dos grandes tabus da Arquivologia brasileira sempre foi a pouca pesquisa desenvolvida por seus profissionais, fato que se traduzia, de forma mais aparente, na pequena produção bibliográfica da área. Ultimamente, porém, esse panorama vem se alterando, com pesquisas em diversos segmentos, novas publicações, diferentes autores, surgimento de periódicos e o incremento de eventos acadêmicos e científicos. O aumento do número de cursos de Arquivologia no país e a criação de novas associações profissionais, bem como do surgimento de pós-graduações na área, reforçam a consolidação pela qual a Arquivologia brasileira vem passando. Seu inegável crescimento reforça a necessidade de se (re) pensar as ligações da Arquivologia com outras áreas do conhecimento e estabelecer diálogos e análises com os novos meios de comunicação, difusão e acesso à informação que a cada instante são criados e modificados.

Se existe atualmente uma discussão a respeito de reformas curriculares nos cursos de Arquivologia no país, uma outra reforma, por assim dizer, já está em curso na comunidade arquivística, principalmente nas universidades. Novos textos, autores, livros e assuntos vêm sendo estudados e debatidos, tanto em salas de aulas, como em eventos e fóruns virtuais, promovendo diferentes percepções, análises e abordagens de aspectos tradicionais e contemporâneos da nossa área, fazendo com que o universo teórico se amplie e seja questionado.

Toda uma geração de arquivistas, certamente, já se deparou com os três “clássicos” da literatura arquivística no Brasil,

publicados pela Editora FGV (Fundação Getúlio Vargas): *Arquivos Modernos*: princípios e técnicas, de Theodore Schellenberg, *Arquivos Permanentes*: tratamento documental, de Heloísa Liberalli Bellotto e *Arquivo: Teoria e Prática*, de Marilena Leite Paes. Sendo o primeiro uma obra voltada para os conceitos e técnicas arquivísticas, com ênfase nos arquivos correntes, o segundo para os arquivos permanentes, e o terceiro um manual prático do fazer arquivístico. Durante anos esses livros, de renomados autores, constituíram-se na base acadêmica dos estudantes de Arquivologia e de referencial para seus profissionais. Alguns anos se passaram para que a Editora FGV lançasse, em 2002, o livro *Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos*, de Rosely Cury Rondinelli, e, em 2005, *Arquivologia e Ciência da Informação*, de Maria Odila Fonseca, ampliando assim as dimensões teóricas e conceituais da Arquivologia e consolidando a referida editora como polo difusor do pensar arquivístico brasileiro.

Em 2012, mais um título passou a integrar este seletivo catálogo de obras referenciais. De autoria da arquivista e professora do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Anna Carla Almeida Mariz, de ampla experiência acadêmica e profissional, mestre em Memória Social (UNIRIO) e doutora em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ), o livro *A Informação na Internet no Brasil: arquivos públicos brasileiros*, adaptação de sua tese de doutoramento, apresenta ao leitor uma análise extremamente fundamentada dos processos de transferência da informação arquivística na Internet, em especial dos arquivos públicos brasileiros, demonstrando ao leitor as inúmeras possibilidades que a web pode propiciar ao cidadão na busca e no conhecimento de informações públicas, redefinindo a relação entre o indivíduo e os arquivos, tanto no que diz respeito ao acesso, quanto na difusão de informações arquivísticas, colaborando na consolidação dos direitos civis e políticos do cidadão.

É sabido que a web possui mecanismos de busca, acesso, difusão e transferência de informação que a humanidade nunca dispôs, transformando a rede em um verdadeiro “estado informacional” repleto de usos e possibilidades, caracterizando-se com ícone maior da contemporaneidade. A utilização de tão importante ferramenta pelos arquivos públicos brasileiros iniciou-se de forma tímida, sem o uso de sua potencialidade e servindo inicialmente apenas como instrumento de visibilidade institucional. A autora, antes de apresentar e tecer sua análise sobre essa relação entre arquivos públicos e Internet, contextualiza tanto as instituições arquivísticas como a ideia de rede, estabelecendo em seguida a utilização da web pelos arquivos, apresentando-a como um novo território a ser pensado pela Arquivologia e indicando que essa relação pode consolidar as instituições arquivísticas como espaços de cidadania e transparência, legitimados pelo acesso e difusão da informação pública.

O livro está estruturado em quatro partes, didaticamente preparado para uma compreensão sólida de seus objetivos, mesmo que o leitor não seja íntimo do assunto. No primeiro capítulo, “Transferência da informação arquivística”, Mariz apresenta e discute os conceitos de arquivo, informação, informação arquivística, transferência da informação e acesso. As dezesseis páginas desse capítulo revelam o cuidado da autora em estabelecer,

de forma criteriosa, as características e os elementos conceituais do que ela se propõe a analisar, norteando o leitor e criando uma atmosfera propícia ao entendimento de sua pesquisa. Mariz também perpassa pelo conceito de memória, tão inerente ao sentido de arquivo e documento, citando autores como Jacques Le Goff e Pierre Nora. Aliás, durante todo este breve capítulo introdutório, diversos autores são mencionados, fundamentando teoricamente a análise e estabelecendo uma coesão na linha de pensamento proposta pela autora, que recorre para isso a Luciana Duranti, Armando Malheiro da Silva, Ana Maria Camargo, José Maria Jardim, Maria Odila Fonseca, Aldo Barreto e Maria Nélida Gonzáles de Gomez, entre outros, revelando toda a profundidade de sua pesquisa. Neste capítulo, Mariz, indica a premissa que será seguida em sua análise ao explicar ao leitor que (p. 22) “a transferência da informação, portanto, não se limita a entrega do que foi solicitado ao usuário, mas pressupõe a comunicação com ele, por meio de mecanismos intermediários, do recurso de conhecimento”. A autora complementa que (p. 24) “o fluxo da informação, realizado por meio da comunicação eletrônica, mais especificamente graças às redes, torna-se fator diferencial para o processo de transferência da informação arquivística”.

No capítulo seguinte, “As instituições arquivísticas”, o livro aborda a história e as evoluções das instituições arquivísticas, identificando as que se constituíram como campo de análise da sua pesquisa e estabelecendo as relações com a Internet, destacando a situação brasileira nesse caso. Mariz informa no início do capítulo, os pontos que ela irá desenvolver para a compreensão da relação entre as instituições arquivísticas e a Internet, apresentando uma consistente história evolutiva dos arquivos, especificando o formato atual de tais instituições no país, conceituando-os e indicando como iniciaram sua história com a Internet e a situação atual dessa relação.

No subcapítulo “instituições arquivísticas públicas no Brasil”, Mariz destaca a trajetória da inserção dessas instituições no Estado brasileiro, para isso recorre a José Maria Jardim, expoente nos estudos sobre as políticas arquivísticas públicas no país e seu orientador no doutorado. A autora destaca a responsabilidade do Estado na gestão dos documentos arquivísticos públicos, conforme rege a legislação brasileira, sendo de competência das instituições arquivísticas, nas suas esferas de atuação, a promoção da gestão, que inclui não apenas os documentos já recolhidos, mas também os que ainda estão nos órgãos de origem, isto é, os documentos em todas suas (três) idades. Logo em seguida é dado o devido destaque ao Arquivo Nacional brasileiro, falando sobre sua história e funções, desde sua fundação até os dias atuais. Essa parte do livro abre espaço para que seja apresentada uma série de quadros estatísticos sobre instituições e seus usuários no país, começando pelos usuários de acervos arquivísticos dos órgãos do Poder Executivo federal em Brasília e no Rio de Janeiro, do número e percentual de municípios e de arquivos municipais em alguns estados brasileiros, do número de empregados nos arquivos estaduais e municipais, no percentual de fundos documentais inventariados por arquivos estaduais e municipais, e até mesmo do número de microcomputadores existentes nesses arquivos. Tais dados estatísticos possibilitam

ao leitor uma ampla compreensão do cenário em que as instituições arquivísticas no país estão inseridas. É a partir da construção desse cenário que Mariz inicia sua análise sobre as inúmeras possibilidades que a Internet propicia aos arquivos, pois segundo a autora (p. 61) “a Internet como espaço informacional oferece inúmeras novas possibilidades aos arquivos. É importante, portanto, abordar as características desse novo espaço, algumas experiências de instituições [...] e outras questões correlatas.” Complementando esse pensamento destaca que (p. 62) “a disponibilização de acervos arquivísticos na rede apresenta muitas vantagens: facilitar o acesso, atingir um público maior, ampliar o atendimento aos pesquisadores, permitir pesquisas, aumentar a divulgação entre outras. Cabe, portanto, recorrer a elas”.

Citando alguns autores estrangeiros que fizeram pesquisas na primeira década do século XXI sobre instituições arquivísticas que tinham sites ativos, Mariz menciona o Arquivo Nacional da Austrália, Arquivo Nacional e Direção dos Arquivos da França, Arquivo Nacional do Canadá, Arquivo Nacional da Inglaterra, País de Gales e Reino Unido e o Arquivo Nacional dos Estados Unidos, informando como essas instituições tratavam seus websites e como elas pesquisavam a Internet e sua relação com os usuários, pois para Mariz (p. 73): “a maior exatidão das informações sobre o uso da Internet será útil também para as instituições arquivísticas, a fim de que divulguem sua imagem, seus serviços e, mudem seu relacionamento com o público, usufruindo todos os benefícios que a Internet oferece.”

O conceito de redes é um dos pontos de maior importância para a investigação traçada por Mariz sobre a informação arquivística na Internet. No terceiro capítulo “A Internet e as redes de comunicação” os conceitos de rede, rede de informação e Internet são apresentados e esclarecidos, sobretudo como espaço de comunicação, destacando as inegáveis transformações que vêm proporcionando nos processos comunicacionais.

Um dado interessante apresentado no decorrer deste capítulo é o grande crescimento do número de usuários de Internet no Brasil. Com base em algumas pesquisas, Mariz nos informa que em 2003 eram 7,9 milhões, no ano seguinte 11,6 milhões e, em 2009, 64,8 milhões de usuários, o que demonstra o imenso potencial informacional e comunicativo que a Internet dispõe. Também é neste capítulo que podemos perceber como a Internet é dinâmica, mutável e autotransformadora devido a sua natureza volátil. Ao citar o site de relacionamentos Orkut, criado em 2004 por um funcionário do Google e que chegou a ser a principal rede social do país, como exemplo de meio de comunicação utilizado na Internet, Mariz nos indica como é curta a vida útil de um canal como esse. Possivelmente, a autora utilizou o Orkut como modelo de rede social em sua tese de doutorado no momento em que o Orkut era o site “da moda”, que todos comentavam e que ali desejavam interagir. Contudo, poucos anos depois, ao publicar seu livro, este site já se encontrava ultrapassado e com números de acesso em descenso. Não há menção ao agora onipresente Facebook, que um dia, possivelmente, será substituído por outro modismo ou por uma ferramenta mais interativa, um indício claro da perenidade dos sites da Internet que precisam se modificar com atualizações constante para se manterem ativos e interessantes.

Mariz encerra o capítulo comentando que em virtude da imensa oferta de conteúdo informacional disponível na Internet (jornalística, pessoais, comerciais, científicas etc) as instituições que tem por objeto a informação, como os arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, devem compreender a rede mundial de computadores como um importante instrumento de transferência de informação e não apenas como um veículo de divulgação institucional ou de difusão de seus serviços.

No quarto e último capítulo, “Interfaces dos arquivos públicos brasileiros com a Internet”, Mariz estabelece as relações entre as instituições arquivísticas públicas no país com a Internet, considerando que o caráter público desta fortalece e potencializa os serviços de disponibilização de conteúdo por parte dos arquivos. É neste capítulo que efetivamente são apresentados a metodologia da pesquisa e seus resultados, trazendo ao leitor inúmeros dados e considerações e indicando o cenário atual e as possibilidades que as instituições arquivísticas públicas brasileiras dispõem. Com base em uma ampla pesquisa, entrevistas e na revisão seletiva da bibliografia existente, tanto estrangeira como nacional, Mariz apresenta ao leitor uma análise precisa da relação arquivos / Internet, demonstrando a evolução e os caminhos dessa interface através da indicação do universo de quarenta e sete instituições que possuíam sites ou páginas na rede, entre 2004 e 2009, momento final de sua pesquisa. Dentro das estratégias de conhecimento dos arquivos, Mariz faz em sua pesquisa uma série de entrevistas. Ao final desse capítulo são apresentadas algumas questões que foram perguntadas ao Arquivo Nacional, Arquivo Público de Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e as respectivas respostas e considerações de cada um deles, configurando um material interessante e revelador da percepção de como essas instituições compreendem a Internet e seu usuário e de como elas se inserem ou pretendem inserir-se na rede.

O grande mérito na obra de Mariz, além da escrita dinâmica embasada em literatura e fontes consistentes e num amplo levantamento de dados bem como de uma metodologia clara e eficiente, foi apresentar ao mundo arquivístico um tema até então pouco explorado, embora discutido através de outros olhares e abordagens. Como diz o professor José Maria Jardim na “orelha” do livro, a pesquisa de Mariz “oferece-nos o mapa dos novos territórios para a difusão dos arquivos, revela-nos como aí se inserem as instituições arquivísticas brasileiras e convida-nos a várias reflexões sobre os caminhos para uma maior visibilidade de nossos arquivos públicos na web.” Além disso, o livro proporciona uma visão mais ampla e atualizada sobre nossos arquivos públicos, pois em um momento em que tais instituições são constantemente lembradas como locais de cidadania, de salvaguarda de memória e de importantes instrumentos na garantia da Lei de Acesso à Informação, sua pesquisa indica caminhos e obstáculos para usuários, dirigentes, e profissionais da informação, constituindo-se numa precisa contribuição às reflexões e inquietudes cada vez mais presentes no universo arquivístico.

Recebido em 01/05/2013